

“Uma outra abolição”? Mitologias brancas e resistências negras em Volta Redonda durante a ditadura empresarial-militar

“Another abolition”? White mythologies and black resistance in Volta Redonda during the business-military dictatorship

Richard de Oliveira Martins¹ y Leonardo Ângelo da Silva²

Resumo

O presente artigo discute algumas das manifestações do racismo estrutural na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e no município de Volta Redonda, contrapondo-as ao discurso estatal que buscava negar o fenômeno, chegando ao paradoxo de atribuir o racismo aos próprios trabalhadores negros que o denunciavam. Argumentamos que a CSN configurou-se como um laboratório para o refinamento do ideal estatal que pretendia reformar a classe trabalhadora no país, envolvendo processos de controle social e “higienização”, vigilância continuada sobre os operários e um modelo de exploração crescente do trabalho, frequentemente desrespeitando os direitos à saúde e à segurança. Tais processos, particularmente agravados sob a ditadura empresarial-militar, não ignoraram a diversidade racial da classe trabalhadora na região, e alguns de seus efeitos mais nefastos

parecem guardar relação direta com a cor da pele daqueles que os vivenciaram.

Palavras-chave: ditadura, racismo, trabalhadores, responsabilidade empresarial

Abstract

In this paper, we discuss structural racism manifestations inside the Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) and in the city of Volta Redonda, opposing them to the Brazilian state discourse that sought to deny the phenomenon, reaching the paradox of attributing racism to the black workers who denounced it. We argue that the company became an experiment and a model case for the elaboration and refinement of a state ideal that intended to reform the working class in the country, involving processes

¹ Richard de Oliveira Martins é mestre em Ciência Política (2015) e doutor em História Social (2020) pela Universidade Estadual de Campinas, e está ligado à Rede de Processos Repressivos, Empresas, Trabalhadores/as e Sindicatos na América Latina, ao Grupo de Trabalho Empresariado e Ditadura no Brasil (GTEDB/UFRRJ) e ao Centro de Memória do Sul Fluminense (CEMESF/UFF). Atualmente, leciona no Instituto Federal de São Paulo (IFSP)

² Leonardo Ângelo da Silva é mestre (2010) e doutor (2019) em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Membro do Laboratório de Estudos de História dos Mundos do Trabalho (LEHMT/UFRRJ), do Grupo de Estudos dos Mundos do Trabalho e Pós-Abolição (TRAMPA/UFRRJ), também é colaborador do Centro de Memória do Sul Fluminense (CEMESF/UFF) e atua na Rede de HistoriadorXs NegrXs (HN)s

of social control, continuous surveillance of workers and a model of increasing exploitation, which often disrespected the rights to health and safety. However, such processes, particularly aggravated under the business-military dictatorship, did not ignore the racial diversity of the working class in the region, and some of their most harmful effects seem to be directly related to the skin color of those who experienced them.

Keywords: dictatorships, racism, working class, corporate responsibility

Introdução: “Volta Redonda é o Brasil!”

O verso reproduzido acima é parte do hino da cidade de Volta Redonda, localizada na região Sul Fluminense, Estado do Rio de Janeiro. Carregado com o ufanismo típico dessas composições, o verso alude à importância da “cidade do aço”, como ficou conhecida, para o país, e entre construções de sentenças heróicas e pregações de grandeza nacional, a ode ao trabalho sempre se faz presente: “O lema do trabalho aqui se inflama” para “a grandeza da Pátria Adulta”.

A cantada grandeza da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) pode ser medida pela transformação do local, pois, se antes do período de sua construção, iniciada na década de 1940, Volta Redonda, com menos de 3.000 habitantes, era ainda um distrito rural do município de Barra Mansa, em 1954, ano da emancipação da cidade, somente a CSN já possuía um efetivo de 11.184 trabalhadores. Naquele ano, a população de Volta Redonda era estimada em 56.380 habitantes, 90 % dos quais concentrados no núcleo urbano do novo município (Morel, 1989, p. 52).

Oliver Dinius levanta um ponto interessante sobre a constituição racial da força de trabalho construtora da CSN e da cidade de Volta Redonda. Tendo acesso às fichas funcionais de trabalhadores para o período de 1941 a 1946, Dinius racializa as fotografias dos contratados e afirma que 69,2 % dos trabalhadores que vieram construir a CSN eram negros; ademais, segundo o mesmo autor, se foi de Minas Gerais que mais trabalhadores vieram para a localidade de construção da CSN, 83 % deles eram negros (60 % pardos e 23 % pretos). O pesquisador registrou inclusive a percepção equivocada, que até hoje persiste na cidade, de que havia muitos baianos em Volta Redonda. O “trem dos Baianos” era assim chamado pela cor da pele das pessoas que por ele chegavam, contudo, contrariando os estereótipos, esse trem trazia majoritariamente mineiros (Dinius, 2004, pp. 171-181).

Os dados produzidos por Dinius são preciosos, uma vez que não dispomos de muitas informações raciais acerca dos trabalhadores da localidade no período - o que nos parece um problema comum, em relação a dados trabalhistas, no Brasil pós-abolição. A racialização desses trabalhadores, entretanto, é fundamental para um questionamento aprofundado do discurso da “família siderúrgica” (Morel, 1989), gestado ainda nas décadas de 1940 e 1950 pela CSN, e que objetivava englobar trabalhadores e suas famílias em uma lógica de irmandade perante a empresa-mãe. Em um primeiro plano, tratava-se de uma expressão entre muitas do mito da “inclusão pelo trabalho”, tão caro ao desenvolvimentismo, em seus mais diversos matizes. Mas, para além disso, sob esse discurso, as diferenças e desigualdades raciais ficavam apagadas, numa perspectiva muito próxima da estabelecida por outro mito, o da “democracia racial”, que o Estado brasileiro fomentava e que tinha o respaldo de acadêmicos do porte de um Gilberto Freyre

Contudo, ao contrário da ideologia de “igualdade racial”, em flagrante contradição com as violências cotidianas e o racismo estruturante da formação social brasileira, o discurso da “família siderúrgica” parece haver sido mais eficaz, uma vez que se articulava a alterações significativas das condições de vida dos negros “incluídos” pelo trabalho. Em particular para a primeira geração de migrantes, vindos do campo para a cidade com o intuito de tomar parte na construção da usina, e especialmente para os que conseguiram se tornar empregados diretos da CSN, o acesso a estruturas e bens de consumo que muitos sequer conheciam, somado aos salários altos em relação aos pagos localmente, de fato, trouxe um senso de igualdade:

A Companhia dava comida, dava tudo, eu fui juntando um dinheiro, eu juntei dinheiro pra mim casá, comprei tudo novo, como a Companhia não tinha casa ainda, aí mostrei falei: “Dr. eu pretendo casar em 43, no final de 43” (Dinamarco, 2004, p. 169).

O relato acima é do senhor Henrique Alves da Silva, nascido em São José do Paranapanema, Paraná, em 14/06/1914, que chegou a Volta Redonda em janeiro de 1943. Nele, como em muitos outros, a CSN é descrita como uma empresa que “dava tudo”, no caso, especialmente a casa, um elemento vital para amenizar a insegurança estrutural que atingia os trabalhadores em geral, e os negros em particular. Entretanto, com o desmonte da estrutura assistencialista da CSN e as mudanças político-sociais implementadas pela ditadura empresarial-militar, as estruturas racistas, sempre presentes, revelaram-se com intensidade renovada, empurrando trabalhadores negros e suas famílias para posições cada vez mais inseguras diante de suas demandas de sobrevivência.

No presente artigo, propomos uma reflexão sobre as relações raciais em Volta Redonda e no interior da Companhia Siderúrgica Nacional durante a ditadura empresarial-militar, indicando articulações entre a ideologia ditatorial sobre a questão racial e as violências racistas específicas que se manifestaram na localidade, e apontando algumas das iniciativas de resistência e processos de afirmação identitária negra que se desenvolveram em tal contexto. Para tanto, tivemos como base material compilado e analisado pela pesquisa realizada através do projeto “Companhia Siderúrgica Nacional: violações de direitos e responsabilidades”, vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF), no âmbito do edital “A responsabilidade de empresas por violações de direitos durante a ditadura”, coordenado pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp). Para além da diversidade de fontes utilizadas (periódicos, relatórios e entrevistas), na ausência de dados racializados nos documentos produzidos pela empresa aos quais tivemos acesso, recorreremos à heteroidentificação racial das personagens apresentadas nas fontes iconográficas.

Ao tomar como mote o verso extraído do hino municipal, “Volta Redonda é o Brasil!”, pretendemos, ainda, indicar a importância das investigações em nível local, calcadas em dados empíricos e atentas às particularidades regionais, para a complexificação das interpretações mais gerais acerca de fenômenos de caráter amplo em termos geográficos e cronológicos, como é o caso da ditadura brasileira. O tema da responsabilidade empresarial em violações de direitos humanos, quer pela concretude de suas expressões, quer por seus crescentes vínculos com iniciativas judiciais de memória e reparação, se encontra na ordem do dia no Brasil, e parece-nos terreno profícuo para o aprofundamento dessa relevante questão historiográfica.

Ditadura e raça em Volta Redonda: insegurança estrutural, racismo institucional e o mito da “inclusão pelo trabalho”

As pesquisas sobre a ditadura empresarial-militar brasileira ganharam fôlego renovado na última década, a partir dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (2014), a despeito de seus impasses e limites (Westhrop, Guedes Garrido, Genovez Parreira e Marques Prado dos Santos, 2016; Martins, 2022), dentre os quais cabe destacar a insuficiência do debate racial. Em que pese a presença de um capítulo temático, no segundo volume do relatório da Comissão, acerca das violações cometidas contra povos indígenas, pode-se constatar que as relações entre o racismo e as arbitrariedades ditatoriais foram praticamente ignoradas, ou quando muito, tratadas de maneira lateral ou compartimentalizada. Thula Pires (2018) aponta que o problema também se verificou nos trabalhos das comissões da verdade municipais, estaduais e setoriais instituídas no mesmo período, associando o fenômeno, entre outros fatores, a uma “visão simplista sobre o racismo, entendido puramente na sua dimensão intersubjetiva e dolosa”, bem como à incapacidade de “perceber a branquitude como racialidade”. Diante disso, como sugere a autora, cabe persistir na indagação, acerca dos vínculos entre o mito da democracia racial, os projetos da ditadura empresarial-militar e as experiências da população negra

naquele contexto, racializando as “falaciosas memórias incolores que reforçam os lugares de subalternidade e encobrem as agências de negros e negras que determinam seus percursos políticos em primeira pessoa, com sangue, suor e gritos (de ordem e de dor)” (Pires, 2018, p. 1058).

Analisando os vetores da violência estatal contra negras e negros no estado do Rio de Janeiro durante o período ditatorial, Pires identifica os órgãos da Justiça Penal (uma “engrenagem formada pelo Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Polícia, Sistema carcerário e demais agências formais de controle”) como estruturas responsáveis pela perpetração das mais perceptíveis e cotidianas violações de direitos contra a população negra. O racismo estrutural fazia-se notar sobretudo através das arbitrariedades que habitualmente acompanhavam a ação policial (que, ressalta a autora, esteve diretamente imbricada com as perspectivas da caserna a partir da militarização da polícia, em 1969): “A realidade de negros e negras era, em regra, permeada por ‘blitz’, prisões arbitrárias, invasões a domicílio, expropriação de lugares de moradia (remoções), torturas físicas e psicológicas, além do convívio com a ameaça latente dos grupos de extermínio” (Pires, 2018, pp. 1061-1063). Pires argumenta que o sentido dessa violência, frequentemente, foi o de *neutralizar os processos de articulação negra*, hipótese que nos parece fundamentalmente acertada, e da qual tornaremos a tratar adiante.

Outra dimensão relevante em que o racismo estrutural se expressou sob a ditadura foi o da intensificação dos níveis de exploração do trabalho, fenômeno sentido pelo conjunto das classes trabalhadoras, mas que atingia negras e negros de maneira agravada. Refletindo sobre esse tema, Lélia Gonzalez (Rios e Lima, 2020), ativista negra feminista e uma das maiores intelectuais brasileiras do século XX, demonstrou que o projeto econômico imposto pela ditadura dependia da pacificação da sociedade civil, lograda sobretudo através do autoritarismo e da repressão - o exemplo mais nítido é dado pelos Atos Institucionais, que estabeleceram as bases para o “milagre econômico”. Esse modelo de desenvolvimento sustentava-se em um tripé composto pelo Estado, pelo capital local e o estrangeiro transacional. Em consequência, “as massas foram totalmente destituídas do poder, tendo sofrido um processo de empobrecimento”, que afetou particularmente a população negra:

Os anos de 1964 e 1970 se caracterizaram pela introdução agressiva de capital estrangeiro no país, ampliando sua área industrial, ao mesmo tempo que as empresas nacionais, menores, eram desnacionalizadas ou destruídas (houve uma elevada taxa de falências após 1965). Era por meio dessas pequenas empresas que os negros participavam do mercado de trabalho (Gonzalez em Rios e Lima, 2020, p. 114).

Além disso, a crescente capitalização do setor agrícola fomentou o êxodo rural, já que, para muitos trabalhadores do campo, destituídos de propriedades, “o único meio de evitar a miséria e a fome era a migração para as áreas desenvolvidas, os centros urbanos”. Ali, esses trabalhadores, em sua maioria negros, considerados sem qualificação para os setores de ponta da indústria, tornavam-se força de trabalho barata para outras atividades, como a construção civil. Desse modo, Gonzalez (Rios e Lima, 2020) constata que “a maior parte dos trabalhadores negros não foi afetada pelos ‘benefícios’ do ‘milagre’” (p. 115).

As dinâmicas de absorção da força de trabalho negra identificadas por Gonzalez para o período ditatorial revelam tensões raciais já percebidas em Volta Redonda anteriormente, uma vez que a industrialização do município se iniciou ainda sob o Estado Novo varguista. Estima-se que 69,2 % dos trabalhadores envolvidos na construção da CSN eram negros, e 61,4 % deles permaneceram na região por ao menos 5 anos (Dinius, 2004, p. 211). Se, de fato, a incorporação daquela massa de migrantes, que tomou parte na obra e compôs a primeira geração de trabalhadores da CSN, ao mundo do trabalho formal representou uma substancial redução de sua insegurança estrutural, não devemos depreender que essa transformação tenha atingido trabalhadores racialmente diversos com a mesma

intensidade; tampouco podemos superestimar a margem de redução dessa insegurança, uma vez que, embora massiva, a política assistencial da companhia estava longe de ser suficiente. Em 1954, segundo o relatório da diretoria da empresa, foram realizados no hospital da usina 939 partos, 15.042 exames de laboratório, 3.857 internações, 15.120 atendimentos em pronto socorro, além de 47.280 crianças atendidas na Divisão de Puericultura; as despesas com o Hospital atingiram Cr\$ 34.575.092,10 com um déficit de Cr\$ 23.647.363,80. Apesar do volume dessas ações no campo da saúde, o número de casas disponibilizadas pela empresa a seus trabalhadores ainda se mantinha abaixo do projetado em 1946, totalizando somente 3.601 residências definitivas. O déficit no número de residências, por sinal, foi um problema constante nessa e em outras fases da história da companhia, e atingia em maior número os trabalhadores menos especializados, ou seja, os trabalhadores negros.

Segundo Morel, ainda naquele período, longe de buscar a ampliação de seus serviços assistenciais, a CSN, pelo contrário, queria se desvencilhar de determinadas obrigações geradas pelo modelo de *company town*, de modo que não se opôs à emancipação do distrito, ainda em 1954. Contudo, o regime de isenção fiscal dado à empresa começou a ser questionado no final daquela década, e acabou definitivamente em 1963, quando a CSN teve de efetuar pagamentos milionários à prefeitura. Naquele contexto, o município se encontrava em crise: mais de 40.000 habitantes “não possuíam acesso à assistência médica, nem condições de saneamento”, sentindo na pele os impactos da cessação dos serviços que a estatal prestava à cidade, avaliados por parte dos analistas como típicos de uma postura “paternalista” (Morel, 1989, pp. 258-291). Desse modo, já estava em curso uma gradual desarticulação do ideal de “família siderúrgica” promovido pela empresa; a ênfase dos discursos agora recairia sobre outros elementos que sempre haviam estado atrelados à imagem que a CSN buscou construir: “progresso”, “desenvolvimento” e “inclusão pelo trabalho”.

Durante a implementação do “Plano de Expansão D”, elaborado sob a ditadura com o objetivo de expandir a produção da CSN, a estatal passou a revisar abertamente as concepções “paternalistas” que a haviam animado até então. Esta percepção foi obtida pelo pesquisador Eduardo Ângelo da Silva, ao trabalhar com relatórios da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) acerca das obras que seriam necessárias para a referida expansão, e que apontavam que “o paternalismo de tempos anteriores havia gerado uma acomodação dos indivíduos, em especial dos trabalhadores, a qual bloqueou a iniciativa privada e não os motivaram à competição” (Silva, 2010, p. 44). Assim, a partir do governo militar, a reeducação viria em contexto “de maior competição da mão de obra, com forte necessidade de qualificação, e a iniciativa privada, via emergência de novas ‘lideranças comunitárias’ (empreendimentos privados) e apoio do poder público, poderia assumir as responsabilidades ligadas à comunidade” (Silva, 2010, p. 45). Os relatórios também já deixavam evidente que tais transformações realizadas em curto prazo poderiam gerar conflitos sociais, tornando o contexto propício à atuação de “subversivos”. Então, demonstrando o aumento da atenção dos militares para com a localidade, a cidade se tornou Área de Segurança Nacional, em 1973.

Tratando ainda da composição racial da classe trabalhadora local sob a ditadura, podemos utilizar o jornal *O Lingote* para estipular, mesmo que de maneira aproximativa, a sub-representação negra na imagem pública que a CSN buscava construir. O periódico da empresa trazia duas seções em que, a cada edição, alguns de seus funcionários eram apresentados: na mais antiga e longa delas (“Conheça seu colega de trabalho”), que compreende o período de 1953-1977, 38,5 % dos trabalhadores entrevistados eram negros; para a segunda seção (“O homem no trabalho”), que corresponde apenas ao período de 1964-1966, eles eram 38,9 % dos apresentados. Em ambos os casos, como os números demonstram, o protagonismo nas fotos e histórias não era dos trabalhadores negros, mesmo sendo eles, se as estimativas de Dinius estão corretas, a maioria.

Portanto, sob a ditadura empresarial-militar, a distribuição racializada da força de trabalho no maior empreendimento de Volta Redonda persistiu e ganhou novos caracteres: no interior da usina, os negros eram habitualmente encontrados nos postos mais duros e perigosos, com piores remunerações. O racismo institucional da CSN, recentemente investigado em profundidade no âmbito do projeto “Companhia Siderúrgica Nacional: violações de direitos e responsabilidades”, talvez tenha seu exemplo mais escancarado na prática, adotada pela estatal, de empregar trabalhadores negros em setores com alto risco de intoxicação, onde havia grande probabilidade de que desenvolvessem leucopenia. Uma vez que um dos sintomas do quadro era a redução do número de glóbulos no sangue, a CSN argumentava que tal indicador não era reflexo de leucopenia, mas sim de anemia falciforme, um transtorno hereditário mais comum na população negra e que também afeta os glóbulos sanguíneos (no caso, os vermelhos).

No Brasil, a leucopenia (ou “benzenismo”) só foi reconhecida como doença relacionada ao trabalho pelo Ministério do Trabalho em 1987, após vários casos serem trazidos à tona pela luta dos trabalhadores e pela ação conjunta de delegacias do trabalho em parceria com a Fundação Centro Nacional de Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho (Fundacentro) que analisou, principalmente, casos de benzenismo ocorridos na Companhia Siderúrgica Paulista (Cosipa) e na CSN. Basicamente, a contaminação estava diretamente relacionada à inalação do gás benzeno, subproduto da queima do coque (carvão mineral) dentro das empresas siderúrgicas. A intoxicação frequentemente resultava no enfraquecimento do indivíduo - o que gerava afastamentos, desvios de função no trabalho ou mesmo a demissão - e os casos mais graves apresentavam risco de óbito.

Mesmo após o reconhecimento do nexos trabalhista da doença, a CSN continuou negando que ela derivasse de intoxicação, recorrendo à questão genética como fundamento para negar indenizações aos trabalhadores contaminados, como no caso do Processo n.º 0379300-54.2005.5.01.0342, de 2005, em que o autor era preto, foi contratado como forneiro e trabalhou de 24/03/86 a 17/03/1993. Na Comunicação de Acidente de Trabalho emitida pela empresa há a seguinte informação: “Trabalhava na SLE - Manuseando gás benzeno”. Contudo, na contestação judicial, a empresa afirmou que a leucopenia é uma característica transitória causada por diversos fatores, dentre eles a *origem étnica*, e que deveria o autor provar que não possuía propensão genética ao aparecimento da doença. A postura da empresa demonstra a que ponto a “inclusão” social pelo trabalho, exaltada pelo discurso desenvolvimentista-autoritário, era recortada racialmente. Para os negros da CSN, essa “inclusão” tinha um custo oculto, mas bastante objetivo: o risco do adoecimento.

Em uma edição do já citado jornal *O Lingote*, de 1966, o General Pinto da Veiga, nomeado presidente da CSN logo após o golpe, analisava “o papel da Companhia Siderúrgica Nacional no desenvolvimento sócio-econômico do Brasil” e colocava a empresa como o motor do país para a política de desenvolvimento. Acrescentava ainda que a CSN tinha esse papel desde a sua fundação, e que a produção industrial brasileira correria riscos “se dela se retirasse o suporte da produção de aço da Usina da CSN”. Na mesma edição, outra notícia informava que, em visita ao município e à estatal, uma “Turma da ESG [Escola Superior de Guerra] sentiu vida teórica e prática em VR [Volta Redonda]”. As matérias citadas acima evidenciam duas continuidades na história da empresa: a ideia de uma centralidade da CSN para o “progresso” nacional (preocupação comum aos “desenvolvimentistas”, fossem liberais ou autoritários), e a circulação de doutrinas e elementos militares na estatal (frequentemente ocupando cargos de diretoria e gestão).

A ideologia do “progresso” atrelada à realidade do trabalho precarizado parece haver sido uma constante na CSN, mas, sob a ditadura, esse “progresso” tendia a evidenciar, com crescente nitidez, corpos negros nas piores posições de trabalho. O que se via era um quadro de inclusão excludente,

pois os trabalhadores negros, muitos deles de origem rural, adentravam o espaço fabril, mas não eram incluídos na mobilidade sócio-funcional dentro da empresa. Por esses e outros motivos acreditamos que Flávio Gomes e Marcelo Paixão estavam corretos ao afirmarem que “o modelo desenvolvimentista acabou sendo forjado utilizando como motor ideológico o próprio mito da democracia racial” (Gomes e Paixão, 2008, p. 185), consideração à qual retornaremos na próxima seção deste artigo.

Mas, antes disso, cabe destacar quão tardia foi a percepção de que o fator raça deveria ser levado em conta nas análises acadêmicas da composição da classe trabalhadora de Volta Redonda e das particularidades que fomentavam as identidades e as lutas com protagonismo negro dentro da CSN sob a ditadura. Um caso emblemático dessa problemática é o da “greve dos peões” de 1979.

O movimento paredista dos “peões” (em alusão às peças menos valiosas do xadrez) ou “piões” (referência ao brinquedo, aplicada aos trabalhadores por estarem sempre “rodando” de emprego em emprego, o que era particularmente verdadeiro para os funcionários contratados temporariamente pelas empreiteiras que prestavam serviços à estatal) foi o movimento dos trabalhadores das empresas “terceirizadas” da CSN, em sua maioria ligadas ao ramo da construção civil e envolvidas com o já citado “Plano de Expansão D” da CSN. As obras atraíram uma nova leva de migrantes para o município, fenômeno retratado, ainda em 1976, nas páginas do jornal *Opção*, que descreve o cotidiano e as características daqueles trabalhadores da construção civil, muito diversas das que se atribuía ao empregado direto da CSN:

O “pião” (por estar sempre rodando), o “bóia fria” (comida de operário) e o “ariçó” (ave que não tem morada fixa) são alguns dos apelidos dados ao trabalhador. Em Volta Redonda, a Companhia Siderúrgica Nacional construiu no prolongamento do bairro Aterrado, numa área de trezentos e onze mil, quinhentos e sessenta metros quadrados, 136 alojamentos com capacidade para receber cerca de 6 mil homens. Estes, na faixa etária de 40 anos, dificilmente correspondem-se com a família, alguns por não terem motivos e outros por não terem tempo, já que a falta de dinheiro os obriga a fazer “serões” [horas extras noturnas] quase que diariamente.

No bairro da Aterrado, atrás do novo pronto-socorro municipal, está localizado o alojamento dos “piões” de Volta Redonda. São 136 alojamentos tipo “barracões”, com 6 camas beliche de madeira em cada quarto.

O periódico exhibe uma série de relatos colhidos entre os “piões” que se apresentavam no alojamento. Flávio Prado, 21 anos, natural de Minas Gerais, descreve o ambiente como exaustivo e diz que está cansado de ficar sozinho sem ter o que fazer na cidade e sobre a comida: “A comida que recebemos é estragada e não existe fiscalização. E não tem ninguém preocupado com a gente, pois senão, eles mandariam construir quadra de esportes no alojamento para que os peões não andassem enchendo a cara por aí, gastando seu dinheiro à toa”. Apesar disso, *Opção* registrava que muitos peões que iam embora tinham por hábito informar aos desempregados de suas regiões de origem que, em Volta Redonda, tinha emprego, e que a cidade era melhor do que outras com problemas maiores.

A greve de 1979, protagonizada por operários com o mesmo perfil, foi impactante para a região, e é ilustrativa das condições de trabalho vivenciadas por aqueles que fizeram o “milagre econômico” acontecer, mas não puderam se aproveitar de seus frutos. A mobilização, comandada pelos próprios trabalhadores das empreiteiras, sem a coordenação do Sindicato da Construção Civil - uma “greve selvagem”, nos termos do preconceituoso jargão jurídico - tinha motivações econômicas, mas também humanitárias e, ademais, pode ser considerada a primeira greve ocorrida em Volta Redonda no pós-1964.

Historiograficamente, a própria ocorrência dessa greve se revelou como um fato praticamente desconhecido, seguindo como um ponto aberto à investigação. Um dos poucos estudiosos a tratar da mobilização, Eduardo Ângelo da Silva (2010), sugeriu que a precarização das condições de trabalho e

de vida da classe trabalhadora local, principal fator desencadeador da greve de 1979, foi impactante a ponto de ocasionar a mudança e a ressignificação das nomenclaturas atribuídas aos operários da região. O termo que, nos anos 1970, expressava o pertencimento à classe trabalhadora em Volta Redonda era *arigó*, palavra que surgira com uma conotação negativa (ave migratória, “sem lar”), mas que já havia passado por um processo de ressignificação, sendo incorporada como positiva pelos trabalhadores. Que um segmento da classe começasse a ser tratado por novos termos pejorativos - *peões* ou *piões* - expressava as divisões que se ampliavam dentro dela, refletindo a agenda ditatorial para a principal empresa da cidade e o tratamento que ela destinava a seus trabalhadores (Souza, 1989; Silva, 2010), fatores que passavam a ser abertamente questionados no contexto da luta pela redemocratização (Soares, Da Fonseca e Dos Santos, 2022). Nesse sentido, a greve de 1979 parece ter exercido um efeito de ressignificação positiva dos termos “peão”/“pião”, similar ao que ocorrera com a palavra “arigó” nos anos 1950.



Contudo, a questão racial parece haver passado ao largo dessas construções, mesmo quando fortes evidências, principalmente iconográficas, indicam que ela, mais uma vez, atravessava o fenômeno em foco. A imagem ao lado, que se apresentava sem legenda na matéria extraída do jornal *Opção* citada acima, instiga-nos a racializar os “peões” que protagonizaram a mobilização de 1979. É necessário avaliá-la sob tais lentes, e indagar, com o empréstimo da expressão de Jan Hoffman French (2017): não seriam os corpos negros em posições precárias e insalubres mais um “segredo público” no Brasil?

A “greve dos peões” eclodiu em 15/10/1979, motivada pelas condições insalubres de trabalho e os baixos salários. O movimento estourou primeiro entre os “piões” da Empreiteira Odebrecht (que tinha aproximadamente 3.200 operários), logo seguidos pelos da Concid (1.600), Almeida & Filho (1.300), Servix (2.800) e das demais empreiteiras (em um total geral de 15 empresas) que possuíam contingente de 300 a 200 homens, aproximadamente, perfazendo mais de 10 mil grevistas.

Aos gritos de: “Não abrimos mão de 70 %” e “somos trabalhadores e não marginais”, cerca de 13 mil operários das empreiteiras que fazem obras para a Companhia Siderúrgica Nacional promovem uma passeata, na tarde de ontem, nas ruas centrais de Volta Redonda, e em seguida se concentram na Igreja N.S. Aparecida, à espera de resultados dos entendimentos entre suas lideranças, o Delegado Regional do Trabalho, Luís Carlos de Brito, e representantes das empresas [...].

Os trabalhadores reclamam da má qualidade da alimentação, falta de opções de esporte e lazer, e denunciam arbitrariedades e violências por parte da guarda de segurança particular da CSN e das empreiteiras.



Secretaria de Estado de Segurança Pública- RJ. 2.º CSP-VR. Serviço Regional de Informações especiais - DGIE. Enco. n.º 150/79 - SERIE VR. Movimento Grevista dos empregados em empreiteira VR - Album de fotografia sobre o movimento.

Matérias como “Um peão desaparecido”¹ (dando notícia de “tiroteio” promovido pela Polícia Militar durante a repressão à greve e informando sobre o sumiço de um trabalhador) e “Operário Espancado no Escritório Central: Empreiteiras Paralisadas”² davam o tom do ambiente no período da mobilização. A foto acima corrobora nossa hipótese de que as obras de modernização da CSN tinham, mais uma vez, uma raça-cor protagonista, destinada ao trabalho subalterno em condições insalubres, e à repressão, caso se levantasse contra sua situação. Novamente, o mito da “inclusão pelo trabalho” evidenciava seus limites raciais.

Em documento de 16 de janeiro de 1980, encontramos fichas funcionais da empreiteira Servix que, acreditamos, podem *enegrecer* as coisas. O documento faz parte do material levantado pelo já citado projeto atrelado ao CAAF, junto ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), e traz 34 fichas de funcionários apontados à polícia pela empresa como lideranças do movimento grevista na empreiteira. Heteroidentificando os trabalhadores racialmente, temos: trabalhadores não identificados (pela resolução insuficiente da foto): 5; trabalhadores brancos: 6; trabalhadores pardos: 17, e trabalhadores pretos: 6, ou seja, 23 trabalhadores negros.³

Longe de ser uma exclusividade da produção memorialística e acadêmica voltarrondense, o olhar voltado para a classe, mas incapaz de ver e atribuir a importância devida à sua diversidade racial, tem sido uma constante nos tratamentos dados aos mundos do trabalho. Diante disso, acreditamos que racializar as fontes faz parte de um processo de rompimento com a nossa cegueira pública sobre

1 *Opção*, 20 a 26 out. 1979, p. 1.

2 *Integração*, 18/10/1979, s/d. Recorte presente no documento: Secretaria de Estado de Segurança Pública- RJ. 2º CSP-VR. Serviço Regional de Informações especiais - DGIE. Enco. n.º 43/79. Movimento Grevista VR - Recortes de Jornais.

3 Secretaria de Estado de Segurança Pública- RJ. Serviço Regional de Informações especiais - DGIE. Enco. n.º 13/80 - SÉRIE VR. Movimento Grevista dos Trabalhadores da Servix SA - Relatório de Serviços e outros.

o racismo (Silva, 2022, p. 45), especialmente quando assumimos seu caráter estrutural na sociedade brasileira. Ademais, se a história de Volta Redonda tem sido, há décadas, abordada pela vertente da classe e se, em sua maioria, são corpos negros os que viveram e ainda vivem a precarização e a subalternização no trabalho, talvez tenhamos que discutir abertamente os paradigmas silenciosos da *branquitude* em nossa produção historiográfica. Quanto dela está impregnada em nossas lentes e letras? O alerta não é de modo algum recente; intelectuais negras e negros como Lélia Gonzalez e Abdias Nascimento (não por acaso, ambos considerados “subversivos” pela ditadura no Brasil), já o haviam levantado sob o autoritarismo aberto. A indagação é, na atualidade, ainda mais inescapável, se buscamos romper integralmente com a mitologia da “democracia racial”, outro elemento central dos discursos ditatoriais e eixo da próxima seção deste artigo.

“A maior democracia racial do mundo”:⁴ ditadura, violência e interdição da discussão racial

Diversos intelectuais e ativistas ligados ao movimento negro brasileiro, em suas variadas expressões, foram enfáticos ao denunciar a falácia constantemente reafirmada pelos porta-vozes do governo ditatorial, especialmente em âmbito internacional, segundo a qual a sociedade e o Estado brasileiro seriam essencialmente antirracistas, uma vez que o “povo brasileiro [...] nasceu da fusão harmoniosa de várias raças, que aprenderam a viver juntas e trabalhar juntas, numa exemplar comunidade”, argumento apontado por Abdias Nascimento (2016, pp. 105-106) como um verdadeiro “insulto à inteligência da comunidade negra” brasileira. Conforme a brilhante demonstração do autor em *O Genocídio do Negro Brasileiro*, o discurso oficial do governo estava perfeitamente articulado à “magia branca” que pretendia mascarar o racismo cotidiano profundamente enraizado no país através de variados expedientes, dentre os quais a *interdição da discussão racial* não era de menor importância.

Com vistas a impedir que os negros e negras brasileiras conhecessem sua própria história, seu número e sua força, foi sempre necessário à branquitude fomentar mitos como o do “senhor benevolente”, nos períodos colonial e imperial, e o da “integração do negro” no pós-escravatura. Ocorre que tais embustes, como falsificações históricas que são, não encontram apoio nas variadas fontes que documentam a realidade racial do Brasil, de tal forma que os próprios dados e documentos se tornaram um alvo dos ideólogos (racistas) da “democracia racial”. Vejamos:

Anteriormente, já tivemos ocasião de mencionar o ato de 1899, do ministro das finanças Rui Barbosa, ordenando a incineração de todos os documentos - inclusive registros estatísticos, demográficos, financeiros e assim por diante - pertinentes à escravidão, ao tráfico negreiro e aos africanos escravizados. Assim, supunha-se apagar a “mancha negra” da história do Brasil. Como consequência lógica desse fato, não possuímos hoje os elementos indispensáveis à compreensão e análise da experiência africana e de seus descendentes no país. *Similarmente negativa se revela a recente decisão de eliminar dos censos toda informação referente à origem racial e à cor epidérmica dos recenseados, dando margem às manipulações e interpretações das estatísticas segundo os interesses das classes dirigentes* (Nascimento, 2016, p. 93, grifo nosso).

4 Tal juízo aparece em artigo redigido pelo jornalista português Antonio de Figueiredo, observador do Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura Negra e Africana (Festac '77), realizado em Lagos. O texto trata da atuação dos diplomatas e representantes oficiais do governo brasileiro no evento, interessados em “aumentar a projeção do Brasil na África moderna e principalmente na Nigéria”. Segundo Figueiredo, a reputação do país enquanto uma efetiva democracia racial corresponderia a “um fato que alguns brasileiros tomam como sendo tão incontestável como a terra ser redonda e que muitos estrangeiros, e principalmente africanos, nunca viram contestado” (Figueiredo em Nascimento, 2016, pp. 109-110).

No trecho destacado, Nascimento se referia aos censos realizados a partir de 1950, e mais especificamente ao de 1970, conduzido sob a ditadura empresarial-militar. Naquela ocasião, o argumento da Comissão Censitária para tal era o de que as categorias raciais no Brasil eram altamente variáveis e indefinidas, de modo que “não seria possível aos recenseadores recolher dados fidedignos” (Skidmore, 1976, p. 238). Entretanto, a delegação oficial enviada pelo governo brasileiro ao Segundo Festival Mundial de Artes e Cultura Negra e Africana (Festac '77) não se eximia de mencionar aquele censo como base para a afirmação do “predomínio do elemento branco” no país. E ia mais longe, revelando a ideologia racista do branqueamento entranhada em suas alegações: “No Brasil, mesmo mestiço que tenha alguma coisa, pequena ou grande, de sangue negro ou índio, mas não apresente aparência física de um desses grupos, já é considerado branco. O que testemunha a ausência de qualquer discriminação de natureza racial, quanto à origem étnica da pessoa” (Diégues Jr. em Nascimento, 2016, p. 91).

Ora, a destruição de documentos e a ausência deliberada da inclusão de dados raciais nos levantamentos estatísticos, por um lado, bem como as “manipulações e interpretações das estatísticas segundo os interesses das classes dirigentes”, por outro, só poderiam fomentar um cenário de interdição da discussão racial. Ainda de acordo com Abdias do Nascimento (2016):

A camada dominante simplesmente considera qualquer movimento de conscientização afro-brasileira como ameaça ou agressão retaliativa. E até mesmo se menciona que nessas ocasiões os negros estão tentando impor ao país uma suposta superioridade racial negra... Qualquer esforço por parte do afro-brasileiro esbarra nesse obstáculo. A ele não se permite esclarecer-se e compreender a própria situação no contexto do país; isso significa, para as forças no poder, ameaça à segurança nacional, tentativa de desintegração da sociedade brasileira e da unidade nacional. Como o cientista político ganaiense, Anani Dzidzienyo, tão propriamente conclui: “Qualquer reação do negro à situação brasileira enfrentaria dois inconvenientes: uma opinião oficial que consideraria ‘atividades raciais’ como subversivas, e a atitude geral da sociedade que as consideraria divisionistas” (p. 94).

Sob a ditadura, tal situação veio a adquirir alguns caracteres específicos, evocando o ideário típico do contexto internacional da Guerra Fria, conforme veremos a seguir. Mas cabe adiantar que o apagamento da diversidade racial em levantamentos estatísticos pode ser percebido até mesmo em relatórios de inteligência produzidos pelos militares, para circulação interna ou como subsídio para ações governamentais. Como “área de segurança nacional”, considerada estratégica pelo governo brasileiro, Volta Redonda foi objeto de grande quantidade de estudos promovidos por agências estatais e paraestatais, frequentemente vinculadas à caserna. Enquanto alguns desses organismos compunham estruturas oficiais do Estado brasileiro, outros configuravam-se como agrupamentos relativamente informais ou semiclandestinos (Martins, 2022), ou ainda como sociedades civis estáveis e com atuação pública. A esse último subgrupo pertence a Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, que, no início dos anos 1970, empreendeu estudos sobre a “influência da expansão da CSN na comunidade” voltarense.

Focado sobretudo em considerações de ordem econômica, o relatório que sintetizava tais estudos não se isentava de expressar avaliações políticas, bastante reveladoras das diretrizes e opiniões de seus autores. Diante das previsões de um acelerado crescimento populacional do município “em decorrência, principalmente, do arrojado plano de expansão já em execução pela maior empresa de siderurgia do país” (O “Plano D”), a ADESG recomendava a instalação permanente “de uma fração do Exército na área de Volta Redonda”,⁵ além da presença de um “elemento fixo de tropa da Polícia

5 Muito embora se indicasse expressamente que o 1.º Batalhão de Infantaria Blindada (BIB) de Barra Mansa, cidade vizinha, já cumpria funções de vigilância e repressão política na localidade: “... o 1.º BIB mantém uma estreita ligação com Volta Redonda, inclusive tendo a maioria de seus oficiais e sargentos residindo nessa cidade,

Militar” e da melhoria do “dispositivo policial civil”, como forma de combater a atuação de “organizações espúrias” que “têm procurado transformar Volta Redonda em palco de agitação e subversão” (Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra [ADESG], 1971, pp. 52-58). De acordo com a visão dos diplomados da ESG, era necessário conhecer em detalhe o município, para conter a “subversão” e garantir estabilidade em meio a um cenário de possível “agravamento dos problemas sociais”. Entretanto, ao discutir tais problemas, o relatório silencia sobre a questão racial, parecendo mesmo contorcer-se para evitar qualquer menção ao termo “raça” - e, até por isso, tornando a omissão mais gritante - . Vejamos:

No que tange aos aspectos sociais, a influência da expansão da CSN na comunidade, está diretamente ligada a um conjunto de fatores determinantes da maior ou menor oportunidade de participação do indivíduo no processo de desenvolvimento, quer como importante elemento de produção, quer como beneficiário de todo equipamento comunitário colocado à sua disposição para satisfação de suas necessidades bio-psico-sociais.

A falta de dados estatísticos e registros impossibilitam retratar com segurança a realidade do município no setor social. Portanto, não serão analisados os aspectos, referentes aos valores, padrões e cultura, trazidos pelo fluxo migratório que deram origem à concentração humana em torno da grande usina, nem o impacto resultante pelo confronto desses valores, costumes e tradições que se posicionaram na comunidade que surgia (ADESG, 1971, p. 35).

Mais uma vez, a “falta de dados” é invocada para justificar o apagamento da diversidade e interditar a discussão racial. Mas fontes da “comunidade de segurança e informações” brasileira indicam que, no interior da caserna, o tom era outro. Um exemplo entre muitos pode ser indicado em um relatório secreto produzido pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, em 1978, no qual se lê: “Existe [sic] no Brasil, há algum tempo, propósitos velados de determinadas organizações em explorar o que chamam de ‘discriminação racial’, contando com o apoio, por ser notícia, dos órgãos de comunicação social”.⁶ A inteligência militar considerava que as denúncias e debates sobre o racismo não eram mais que a manifestação de uma estratégia para desestabilizar o governo, afirmando que as organizações envolvidas⁷ utilizavam “casos específicos e esparsos de discriminação racial” para criar uma visão fictícia ou “agravar, tensões sociais” objetivando “a formação de um clima propício para as suas atividades”.

Não se tratava, portanto, de falta de dados, mas sim, de quais dados deveriam ser produzidos: logicamente, aqueles que permitiam enquadrar a militância negra como um problema de segurança nacional. Acompanhamos Thula Pires (2018) no apontamento de que a ação da ditadura incluía a “repressão orientada a neutralizar os processos de articulação negra” (p. 1062). A interdição da discussão racial protagonizada por negras e negros tinha um propósito político, visando inviabilizar o contraponto à mitologia racial da ditadura, cuja expressão local em Volta Redonda era a narrativa que apresentava a CSN (e o Estado brasileiro, através dela) como promotora de um grande movimento “emancipacionista”.

Luís Felipe Silva, em sua recém-defendida dissertação sobre a ditadura militar e a questão racial na CSN, recupera um episódio (mais uma vez, extraído das páginas de *O Lingote*) particularmente

o que facilita o trabalho preventivo e de vigilância informal. Pelo trabalho constantemente planejado pelo contato permanente com as autoridades, classes empresariais e o povo de uma maneira geral, o I.º BIB tem podido cumprir com eficiência sua missão de segurança, com os olhos voltados particularmente para a CSN” (ADESG, 1971, p. 51).

6 “Relatório Mensal de Informações - Síntese n.º 08”, de 31 de agosto de 1978, pp. 15-23. Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA). Arquivo Nacional (BR AN DFBSB Z4 SNA OEP 0022, fls. 43-51).

7 Como o Centro de Estudos Afro-brasileiro, Centro de Cultura Afro-brasileira, Grupo Cultural Zumbi, Reunião Cultural do Negro, Clube Jegue Plu, Institutos de Pesquisa da Cultura Negra (IPCN), Grupo Apache, Grupo Olorum Baba Mim, entre mais outros 11 listados. *Idem*, p. 17 (fl. 45).

ilustrativo da utilização do mito da “democracia racial” como elemento articulado a um imaginário que, tal como viemos discutindo, negava o conflito racial mediante a afirmação da “inclusão pelo trabalho” e do “progresso” que a empresa trazia. O historiador cita um discurso do embaixador de Senegal, proferido em visita a Volta Redonda no ano de 1969, publicado sob o título “vr é outra abolição”:

Assimilado pela etnia brasileira, o negro africano escravo de outrora é o brasileiro de hoje que se confunde nesta harmonia de raças, neste extraordinário colorido humano que é a democracia racial em evolução no Brasil. *Esta usina siderúrgica de Volta Redonda trabalha agora para uma outra abolição, que atinge todos nós* – a emancipação sócio-econômica desta nação-continente (Silva, 2022, p. III, grifo nosso).

O discurso do embaixador reunia todos os elementos que apontamos: a afirmação da “democracia racial em evolução no Brasil”, bem ao gosto da ditadura, temperada com as ideias de “progresso” e “emancipação socioeconômica”, para “todos nós” - sem qualquer espaço para considerações sobre a diversidade e os fatores particulares que atingem setores dessa coletividade imaginária. Contudo, fosse dentro da usina, fosse fora dela, seguiam manifestando-se as expressões do racismo, particularmente agravadas em seus efeitos por conta das políticas implementadas pela ditadura empresarial-militar e pelo desmonte da estrutura local voltada às necessidades da classe trabalhadora. Mas as resistências negras também se fizeram notar, nas mais diversas esferas. Do campo da cultura e do entretenimento, brotou um dos exemplos mais significativos das articulações que a população negra de Volta Redonda teve de construir para garantir suas expressões e sua sobrevivência.

Clube Palmares de Volta Redonda: “chá de revelação da raça” para um “Abolicionismo” de fachada?

Adelaide Maria Afonso Máximo, professora da rede pública, militante do movimento negro e fundadora do Movimento de Conscientização do Negro de Volta Redonda, durante sua participação no curso antirracista do Clube Palmares, em 2022, argumentou que a cidade de Volta Redonda necessitava de um “chá de revelação da raça” - uma alusão às festas de revelação de gênero organizadas por gestantes, indicando o desconhecimento ou a invisibilização da composição racial do município entre a população e na memória pública local. A militância do Clube Palmares, do qual Adelaide considera-se membro de “segunda geração”, esteve empenhada em fazer avançar essa “revelação” desde seu surgimento.

O Clube Palmares tem como data de fundação o dia 31 de janeiro de 1965. Segundo o *site* do próprio clube, naquele mesmo ano o Palmares foi considerado um organismo de Utilidade Pública Estadual (lei n.º 5.599/65); um ano depois, também foi considerado de Utilidade Pública Municipal (deliberação n.º 796, boletim 52/66). Em 2023 o clube celebra seus 58 anos, e por ter sido protagonista de várias ações relevantes para a memória e a história da Cultura Afro-Brasileira e Africana, tem obtido reconhecimento público, sendo agraciado com o “Prêmio de Cultura Afro Fluminense do Governo do Estado do Rio de Janeiro” de 2016,⁸ mesmo ano em que se tornou Ponto de Cultura Dará Palmares (estatuto concedido pela Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro).

8 Clube Palmares. *Institucional*. Disponível em: <<https://www.clubepalmares.org.br/institucional>>. Acesso em: 30 jul. 2022.

De acordo com seus Livros Ata, aos quais tivemos acesso, até meados da década de 1970, o Clube somava 989 associados e associadas,⁹ mas, segundo seus membros fundadores, seguramente chegou a ter mais de mil sócios. Desde o início, os associados palmarinos sempre tiveram forte relação com a CSN, como indicam as três colunas de registros no livro de matrículas: uma para a matrícula social no clube (sigla CP), outra com o nome do associado ou associada, e uma terceira com a matrícula da CSN, caso fosse um empregado ou empregada da empresa, o que era verdadeiro para a maioria dos sócios.

Podemos afirmar que o surgimento do Clube Palmares esteve diretamente relacionado às percepções das articulações entre classe, raça e cidadania no contexto do início da ditadura empresarial-militar em Volta Redonda. Sua fundação reflete o questionamento aberto à visão segundo a qual o município poderia ser visto como palco e motor de “uma outra abolição” – de outro modo, como poderíamos compreender a necessidade de constituir um clube social majoritariamente negro, cujo próprio nome aludia à maior das experiências de resistência quilombola?¹⁰ A resposta para essa pergunta surge da concretude das adversidades vivenciadas por negras e negros da cidade, especialmente a partir do início da década de 1960, com o desmonte da estrutura assistencial para a classe trabalhadora que a CSN ofertara em seus primeiros anos, agravando sua insegurança estrutural e evidenciando sua diversidade racial.

À época, a empresa possuía vários clubes associativos voltados para seus funcionários e suas famílias: Clube dos Funcionários da CSN (fundado ainda em 1942), Aero Clube (1943), Clube Náutico e Recreativo Santa Cecília (1948), Clube Recreio do Trabalhador (1951), Clube Umarama (1956), Clube Laranjal (1965) (Araújo, 2015, p. 17). Entretanto, tais associações habitualmente reproduziam as divisões existentes no interior da usina, privilegiando funcionários de determinados cargos e setores, às vezes, simplesmente a partir da reprodução da lógica da divisão sócio-espacial da cidade (os bairros mais elitizados eram local de residência de trabalhadores mais especializados e abrigavam os clubes por eles frequentados). Assim, o clube mais popular e enegrecido de todos era o Clube Náutico. Nas palavras de João Laureano: “O Náutico passou a ser o local dos mulatinhos [...]. Passou a ser o clube dos mulatinhos e brancos”.¹¹

Mas a presença da diversidade racial não era sinônimo de ausência de racismo. Nesse sentido, ainda de acordo com o depoimento de João, a administração do Clube Náutico teria, ainda em 1964, protagonizado uma “covardia” nitidamente determinada pelo fator raça:

Eu morava no acampamento central, eu e a maioria [...]. Então o galpão lá era a área de lazer [...]. O Náutico foi fundado no escritório [...]. Como a CSN estava expandindo e eles iam precisar desmanchar os barracos, o Náutico veio para o acampamento central, no barraco que era nosso, que era nossa área de lazer e diz que ia acolher todos os moradores. Então beleza, aí entramos sócio do Náutico. Era só um barraco, não tinha fechamento

9 “989 – Maria Alice Alves de Souza”, sem número de matrícula da CSN. Clube Palmares – Livro Ata N.º 8: Matrículas dos Sócios, p. 56.

10 Segundo Nice Nazário, houve um debate para a escolha do nome do clube e os sugeridos foram: 13 de maio (data oficial da abolição no Brasil), 15 de novembro (proclamação da República), Feniano (a mais surpreendente das propostas, já que “feniano” é um qualitativo que designa o movimento irlandês antibritânico do século XIX) e Palmares. Os mesmos relatos informam que a defesa do nome Palmares foi feita, com sucesso, por Therezinha Santos Dias, de família sergipana e conhecedora da potência simbólica da história do Quilombo dos Palmares. Entrevista com Maria Eunice da Silva Santos Dias (Nice Nazário), artista plástica, fundadora e uma das presidentes do Clube Palmares em Volta Redonda. Entrevista realizada por Gladys Guimarães. Volta Redonda, 4 set. 2012.

11 João Estanislau Laureano, preto, ex-funcionário da CSN e um dos membros fundadores do Clube Palmares em Volta Redonda. Entrevista realizada por Leonardo Ângelo da Silva com a participação do ex-prefeito de Volta Redonda, Marino Clinger. Volta Redonda, 7 mar. 2018.

lateral, então fizeram o fechamento lateral, melhoraram o piso e começaram as atividades... E foram melhorando. Na medida que foram melhorando, foi aumentando o quadro social. Eu tinha uma namorada na época [...] que ouviu um dia no banheiro das mulheres “olha, disseram que o Náutico tá ficando muito bom mas tem muito negro e está parecendo gafeira” [risos]. Você tá pensando que ser negro é fácil? Tinha duas meninas de Barra do Pirai [cidade vizinha] e elas frequentavam a casa dos tios delas lá na [rua] São João [em Volta Redonda], mas para entrar no clube tinha que ser dependente de alguém, então elas ficaram como minhas dependentes [...]. Num determinado dia eu chego na portaria e eles não deixaram as meninas entrar. [...] “O que que houve?”, “Não, elas não podem entrar”. Eu não entrei pois eu estava com elas, no domingo seguinte eu voltei sozinho [...] e na portaria disseram que eu falei que lá tinha preconceito, e lá não tinha preconceito.¹²

A partir de então João é “barrado” (excluído), pois, supostamente, havia acusado o clube de ser preconceituoso. O mesmo ocorreu com Nazário, outro sócio negro, dessa vez, com a alegação de que sua desassociação fora motivada pelo fato de que ele tocava tamborim numa escola de samba. Não sabemos se o ato de tocar tamborim foi o problema ou se ele foi expulso por participar de outra agremiação; o caso é que outros relatos vão na mesma direção, indicando a execução de uma “*limpeza racial*” no Náutico. O senhor Jouvacy, que era operário e também músico, lembra que, ao ir fazer um show no Náutico, recebeu a seguinte informação: “O senhor tá expulso daqui, não precisa voltar mais não”. Ao procurar o motivo da expulsão, soube através de outro funcionário que havia ocorrido uma decisão de “tirar tudo que é pessoa negra daqui”.¹³ Dona Maria do Rosário, negra e moradora do bairro Retiro, reforça o caso, ao descrever que preto não entrava no Clube Náutico, e que esse foi o motivo fundamental para a criação do “Clube dos Palmares”, um clube para gente preta.¹⁴

Dona Eunice, ex-presidenta do Clube, afirmou que, com a proibição de entrada de negros no Náutico, o debate sobre a questão racial ficou evidente:

As pessoas começaram a se reunir para debater a questão racial, né? Estava ficando feio aqui em Volta Redonda. Por quê? [...] A CSN arrumava tudo para seus operários, então tinha também um clube de lazer para os operários. Então, os operários é que mantinham o clube, iam lá, trabalhavam, arrumavam. Tinha tudo de barraco mesmo, mas era tudo arrumadinho, tudo bonitinho. A medida que foi melhorando, crescendo, eles começaram a segurar as carteirinhas [i.e. impedir a associação e a entrada] dos negros.¹⁵

Diante das proibições e da falta de um local para a interação e o lazer de trabalhadores e trabalhadoras negras, Maria da Glória de Oliveira (Dagó), João Estanislau Laureano e Nazário Ernesto Santos Dias tiveram a iniciativa de pensar na criação de um clube em que não somente fossem aceitos, mas protagonistas. Dagó foi a primeira professora negra de Volta Redonda e está no Livro Ata do clube com a matrícula número 3; João era funcionário da CSN e tinha a matrícula número 4; Nazário foi um dos primeiros engenheiros negros da mesma usina e, no Clube, era matriculado com o número 1. Lúcio Andrade, primeiro presidente do Clube Palmares, está no mesmo livro, sob a matrícula número 2. A Ata de Associados sempre traz a matrícula do Palmares (CP), mas a imagem abaixo demonstra que, para a maioria dos associados, o número da matrícula na CSN também era importante.

12 Idem.

13 Jouvacy Milheiro Neto, negro e aposentado da CSN. Entrevista realizada por Leonardo Ângelo da Silva. Volta Redonda, 29 jan. 2009.

14 Maria do Rosário. Entrevista realizada por Leonardo Ângelo da Silva. Volta Redonda, 09 fev. 2009.

15 Maria Eunice da Silva Santos Dias, artista plástica, membro fundador e uma das presidentas do Clube Palmares em Volta Redonda. Entrevista realizada por Gladys Guimarães. Volta Redonda, 4 set. 2012. Maria Eunice também foi encontrada sendo citada como Dona Eunice ou Nice Nazário, este último foi o nome artístico adotado pela mesma.

Parte de uma das folhas da lista de associados ao Clube Palmares. Volta Redonda, anos 1960.

Nr.	Matrícula	Nome
275	5077	Newton José dos Santos
284	5095	Wilson da Silva
175	5077	Vicente de Paula
172	5160	Sebastião Parosino II
75	5420	Petitor Antonio Francisco
209	5214	Isaio dos Santos
456	5533	Sebastião Cláudio de Costa
53	5632	Antonio Silva de Oliveira
473	5698	Irene de Souza
307	5741	Ailton Silva
155	5742	Meodores Pastor Santos
115	5791	Ernandes Faustino de Lima
135	5810	João Pedro de Silva
259	5814	José Roberto de Oliveira
73	5824	Francisco Expedito de Souza
38	5843	Antonio José de Andrade
379	5849	Alfredo Gócio Olegário
209	5856	Alberto Francisco Moraes
293	6114	João Vicente Castano
143	6116	José Lucas David
142	6119	José Geraldo
141	6224	José Elias de Souza
4	6354	João Estanislau Laureano
86	6373	Pedro Augusto de Silva
133	6395	João Batista da Silva Alves
231	6424	Benedito Augusto da Silva
45	6515	Benedito Laxilliano Batista
4	6504	Olfênio Pereira da Silva
897	6545	Denílson José dos Santos
743	6546	João Angelino de Souza
142	7775	Andson Ribeiro de Silva
145	6741	João Luiz Pereira
253	6620	Ogério José dos Santos
75	6621	Mário José do Nascimento
252	6655	Antonio de Miranda

Fonte: Acervo do Clube Palmares de Volta Redonda.

O Clube Palmares evidenciou a fissura no discurso alinhado ao mito da “democracia racial” propagado pela ditadura empresarial-militar, empenhado em negar os problemas raciais brasileiros e defender a “paz das cores” (De Jesus, 2016, p. 5). Os palmarinos voltarredondenses conseguiram ressignificar a exclusão, recorrendo à força simbólica da cultura diaspórica afro-brasileira. Certamente, por tratar-se de uma iniciativa negra, na contramão das mitologias oficiais, carregando em seu nome a manifestação aberta da posição de seus afiliados diante da problemática do racismo, João Laureano encontrou dificuldades ao procurar a empresa para conseguir um terreno para o clube:

Como os clubes não nos aceitavam e como nós trabalhávamos na CSN e os Clubes Náutico, Aero e Funcionários estavam na área da CSN, então, nós achamos por bem que a CSN poderia até ceder um terreno. [...] Formamos uma comissão, o mestre da telefônica, eu e a Marina da Glória que já era professora e fomos ao Diretor Social da época (era o engenheiro Cotrim) reivindicar um terreno. Ficou [Cotrim] de dar a resposta e nós esperar [risos]. Não deram a resposta. Aí nós ficamos sabendo que alguém falou para eles que nós estávamos fundando um clube racista e que em Volta Redonda não existia preconceito. Nós é que éramos racistas! Mediante esta negação do terreno, não negou frontalmente, mas não cedeu o terreno. Aí nós nos vimos na obrigação de comprar um terreno.¹⁶

16 João Estanislau Laureano, preto, ex-funcionário da CSN e um dos membros fundadores do Clube Palmares em Volta Redonda. Entrevista realizada por Leonardo Ângelo da Silva com a participação do ex-prefeito de Volta Redonda, Marino Clinger. Volta Redonda, 7 mar. 2018.

Membros da Diretoria, Conselho Deliberativo e Coral Palmares



João Laureano, José Gomes, João Linhares, Elza Timóteo, Jorge Timóteo, Terezinha Dago, Messias de Paula, Eloímar (Loló) Lúcio Andrade, Alice (esposa de Elpídeo), Mário, Aparecida, José Elias, Geraldo Antônio Carlos Félix (Jau) Fernando, José Nicodemos. Nomes descritos como apresentados no acervo.

Fonte: Acervo do Clube Palmares, sem data.

O Clube Palmares sempre atuou com a proposta de constituir-se em espaço de entretenimento e formação, não sendo apenas um “clube dançante”. Exemplos são vários, mas gostaríamos de citar uma ação que Gisele da Cruz Siqueira Costa, pesquisadora e psicóloga, encontrou na ata da Comissão de Festas, nos registros referentes ao dia 14/12/1968. A ata indica que, entre as atividades planejadas por diretoras e diretores do clube para as comemorações do aniversário da entidade no ano seguinte, previstas para os dias 25 a 30 de janeiro, estão: “vôlei feminino”, “churrasco”, palestra sobre “a influência dos ritos africanos em nosso catolicismo” e “Noite da Juventude Palmarina”. Para o dia 31 de janeiro, aniversário do Clube, era prevista uma palestra especial com o “conferencista Abdias do Nascimento”. Contudo, Abdias não teve oportunidade de comparecer ao Palmares, pois, no final de 1968, foi agraciado com uma bolsa da *Fairfield Foundation* para entidades culturais negras nos Estados Unidos (Custódio, 2011, p. 65). Seu plano era ficar poucos meses no exterior, mas, com o Ato Institucional n.º 5 (AI-5), que endureceu ainda mais o regime ditatorial, Abdias acabou vivendo no exílio por treze anos, e de lá continuou a denunciar agudamente o que acontecia com a população negra no Brasil (Nascimento, 2019).

Considerações Finais

Um ideal ou mito é composto de noções que, por vezes, só existem no pensamento, mas que, ao se constituírem em discurso, concretizam-se e fomentam expressões muito objetivas. Em relação aos mitos da “inclusão pelo trabalho” e da “democracia racial”, que discutimos aqui, a experiência palmarina voltarredondense, seguramente, apresenta uma confrontação direta. Para os trabalhadores negros envolvidos na fundação do Clube Palmares, Volta Redonda podia até mesmo ser “o Brasil”, como o hino municipal afirmava, uma vez que, na formação social brasileira, as expressões do racismo se diferenciam, a depender do contexto ou da conjuntura, mas nunca estão ausentes. Entretanto, Volta Redonda e a CSN jamais poderiam ser aceitas como promotoras de uma nova “abolição”, como queriam a ditadura e seus apoiadores e financiadores - a não ser, talvez, que com isso se pretendesse apontar o quanto a abolição oficial da escravidão no Brasil foi insuficiente para desinstitucionalizar o racismo no país.

O regime empresarial-militar encontrou prontas as estruturas (inclusive discursivas) para utilizar as divisões raciais da classe trabalhadora brasileira a seu favor, maximizando a exploração em geral, e a dos negros em particular. Mas não deixou de conferir ao fenômeno suas tintas e caracteres específicos. Edson Daniel João (vulgo Mister) nos falou de “infiltrados” dentro do Clube durante a o período ditatorial:

Naquela época, na verdade... Você não pode ser ingênuo. Você tinha gente do setor de informação, tanto do Exército como da polícia militar infiltrados em tudo quanto é lugar. Quantas vezes nós fizemos atividade aqui [Clube Palmares], só que a gente, é o seguinte: a gente tinha uma manha tão grande aqui que a gente se espalhava e ficava olhando a movimentação das pessoas. A gente, por incrível que pareça, em determinados momentos, dependendo do comportamento, a gente conseguia detectar infiltrados aqui dentro. É como é que a gente detectava infiltrado? Porque às vezes a gente se apresentava e daqui a pouco o camarada estava colado do seu lado, entendeu? Porque ele não consegue disfarçar. O teor da pergunta nos levava a um questionamento: “por quê que esse cara está me perguntando isso?”. Mas houve sim, e isso é uma realidade, e Volta Redonda também teve isso. Não adianta, todos os clubes aqui tinham os seus infiltrados.¹⁷

Reforçando as perspectivas registradas no depoimento de Mister e de outros entrevistados, no decurso do projeto “Companhia Siderúrgica Nacional”, foram encontrados, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), registros da polícia política sobre o Clube Palmares - que, infelizmente, ainda não pudemos consultar, uma vez que, durante nossa pesquisa, o acesso à documentação do APERJ se encontrava limitado por conta de uma reforma no prédio em que se localiza o arquivo. O mais provável, em todo caso, é que tais registros sejam similares à documentação habitualmente produzida pela inteligência de Estado acerca de “minorias” dissidentes, acompanhando os moldes de outras fontes citadas no presente artigo. Por baixo do mito da “democracia racial”, havia altas doses de vigilância, espionagem e violência para lidar com as vozes dissonantes, consideradas “subversivas”, e, em Volta Redonda, o clube era lugar de congregação de várias delas.

Entretanto, o que a ditadura via como “subversão” talvez pudesse ser visto apenas como engajamento na efetivação da cidadania - caso seus protagonistas não fossem negros, por certo. Ao longo de sua história, o Clube Palmares sempre esteve aberto às demandas sociais da cidade e de seu entorno. Como nos lembrou seu atual presidente, Edson Daniel João, talvez seja o único clube da cidade a ter feito e continuar fazendo isso. Ademais, o Clube participou de vários debates (de movimentos

17 Edson Daniel João, atual presidente do Clube Palmares. Entrevista realizada por Leonardo Ângelo da Silva com a participação de Jéssica Lopes de Assis. Volta Redonda, 06 set. 2022. A entrevista compõe o acervo do projeto “Companhia Siderúrgica Nacional: violações de direitos e responsabilidades” (UFF/ CAAF-Unifesp).

sociais, movimento negro, formação partidária, pastorais, de ações na cidade, etc.), bem como fomentou o debate político entre candidatas/os, recebendo-os para questionamentos e apresentação de demandas, colocando-se, portanto, como referencial para a sociedade civil, chegando a oferecer, inclusive, um curso pré-vestibular aberto à comunidade.

Por constituir-se em espaço de construção e ressonância de negritudes, a perseguição estatal sempre rondou o Palmares. Em seu acervo, há uma volumosa pasta de processos, que revelam os constantes questionamentos e a suspeição sobre o Clube, supostamente frequentado por “pessoas suspeitas” ligadas a “movimentos suspeitos”. Os olhares racistas dirigidos ao Palmares materializam-se em denúncias anônimas (ou, em certos casos, nem tanto) que se avolumaram no Ministério Público. Em 1985, o Clube teve seus muros derrubados pela Prefeitura de Volta Redonda, a pedido dos moradores do bairro em que está localizado, que alegavam desleixo com o local e queriam sua remoção. Contudo, a direção conseguiu comprovar a propriedade do terreno e fazer valer suas prerrogativas, e o muro foi reconstruído no ano seguinte. Na atualidade, o bairro sofre um processo de gentrificação, e o endereço do clube, paradoxalmente, registra: Jardim *Europa*, sem número, entre as ruas Paris e Roma. A luta palmarina, no coração de um bairro que veste “máscaras brancas” até em seu nome, traz à tona todas as contradições, ainda presentes, de uma cidade industrial que foi vendida como motor e modelo da “democracia racial”.

O presente artigo buscou contribuir para a divulgação das experiências raciais refletidas nas fontes compiladas pelo Projeto “Companhia Siderúrgica Nacional: violações de direitos e responsabilidades”, concluído em maio de 2023, com o qual estivemos envolvidos. Buscando ressaltar a relevância dessa problemática para a compreensão das características e particularidades da ditadura empresarial-militar em Volta Redonda, buscamos, à nossa maneira, dar continuidade a uma produção historiográfica ainda muito recente, mas que já demonstrou resultados relevantes.

Andersen Kubnhavn Figueirêdo (2016), por exemplo, dedicou sua dissertação ao fenômeno do ativismo negro na cidade de Salvador durante a década de 1970, baseando-se sobretudo em fontes orais. Tauana Olívia Gomes Silva (2019), por sua vez, elaborou sua tese de doutorado acerca da militância feminina negra nos movimentos de oposição à ditadura, recuperando em detalhes as trajetórias de nove mulheres que se empenharam na luta contra o regime. Gabrielle Abreu (2021) trabalhou com a problemática da ausência de representações de negros e negras na historiografia, bem como em outras abordagens e narrativas sobre a ditadura. A historiadora também aplicou essa chave interpretativa na análise da atuação da imprensa negra nas décadas de 1970 e 1980 (Abreu, 2022), particularmente invisibilizada pela maior parte dos estudos acerca da imprensa alternativa do período. Tratam-se de exemplos importantes da atualidade da temática, bem como dos resultados que a aplicação das lentes raciais sobre problemas de pesquisa habitualmente não-racializados (e portanto, quase que inevitavelmente, considerados sob a ótica de uma branquitude “universalizante”) pode oferecer.

Mesmo para o caso de Volta Redonda, em que a produção acadêmica sobre as classes trabalhadoras já é considerável, ainda há muito terreno a percorrer no que se refere a aspectos e pontos de vista negligenciados e, especialmente, em relação à necessária reparação das violações de direitos perpetradas sob a ditadura. Trata-se de um capítulo da história (e da historiografia) brasileira que ainda está sendo escrito. E, esperamos, rompendo definitivamente com as estruturas racistas que insistem em invisibilizar protagonistas negras e negros, poderá finalmente ser escrito em cores vivas e reais.

Referências bibliográficas

- ABREU, G. de O. (2021). *O negro na ditadura: Um estudo acerca da invisibilidade das experiências negras nas narrativas sobre o regime* (Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro).
- ABREU, G. de O. Imprensa negra e resistência à ditadura no Brasil: o ressurgimento dos jornais negros na década de 1970. *Boletim Historiar*, 09(03), 3-16.
- ALMEIDA, S. (2019). *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen.
- ARAÚJO, F. S. (2015). A Companhia Siderúrgica Nacional (csn) e a Políticas Sociais de Lazer para os Trabalhadores: Os Clubes Socorrecreativos. *Licere*, 18(3), 1-35.
- ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ADESG). (1971). *Influência da Expansão da CSN na Comunidade. Ciclo de Estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: ADESG.
- CUSTÓDIO, T. A. S. (2011). *Construindo o (auto)exílio: trajetória de Abdias do Nascimento nos Estados Unidos, 1968-1981* (Dissertação de mestrado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- DE JESUS, M. C. (2016). O regime militar e a questão racial: o interdito. Entre o local e o global. In M. de Souza Nunes Martins, R. Alvitos Pereira e T. de Souza dos Reis (Orgs.), *Anais do XVII Encontro de História da ANPUH-RIO*. Nova Iguaçu: Associação Nacional de História-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Recuperado de http://www.encontro2016.rj.anpuh.org/resources/anais/42/1465860689_ARQUIVO_TEXTOCOMPLETOPARAANPUH.pdf
- DINAMARCO, P. da S. M. (2004). *Trabalhadores da CSN: lembranças e relatos da primeira geração* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- DINIUS, O. (2004). *Work in Brazil's Steel City: A History of Industrial Relations in Volta Redonda, 1941-1968* (Tese de doutorado, Harvard University, Cambridge).
- FIGUEIRÊDO, A. K. (2016). *Ativismo negro em Salvador no período da ditadura militar (1970-1980)* (Dissertação de mestrado profissional em História, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira).
- FRENCH, J. H. (2017). Repensando a Violência Policial no Brasil: Desmascarando o Segredo Público da Raça. *Revista TOMO*, 31, 9-40.
- GOMES, F., e PAIXÃO, M. (2008). Raça, pós-emancipação, cidadania e modernidade no Brasil: questões e debates. *Maracanan*, 4(4), 171-194.
- MARTINS, R. O. (2022). *Lutas vigiadas: militância operária, retaliação patronal e repressão no Vale do Paraíba (1979-1994)*. Salvador: Saggá.
- MOREL, R. L. de M. (1989). *A ferro e fogo. Construção e crise da família siderúrgica: o caso de Volta Redonda (1941-1968)* (Tese de doutorado em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo).
- NASCIMENTO, A. (2016). *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado* (3.ª ed.). São Paulo: Perspectivas.
- NASCIMENTO, A. (2019). *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva-Ipeafro.
- OLIVEIRA, C. G. (2012). *Lazer no preto e branco: histórias de integração do negro pelo lazer e animação sociocultural voluntária no Clube Palmares em Volta Redonda-RJ* (Dissertação de mestrado em Educação Física, Universidade Estadual de Maringá, Maringá).
- PIRES, T. (2018). Estruturas intocadas: racismo e ditadura no Rio de Janeiro. *Direito & Práxis*, 9(2), 1054-1079.
- RIOS, F., e LIMA, M. (Orgs.). (2020). *Lélia Gonzalez. Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- SAVAGE, M. (2004). Classe e história do trabalho. In C. H. M. Batalha, F. Teixeira da Silva e A. Fortes (Orgs.), *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado* (pp. 25-48). Campinas: Editora Unicamp.
- SILVA, E. Â. (2010). *Arigós e peões na Cidade do Aço: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980)*. Nova Iguaçu: Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
- SILVA, L. Â. (2022). *Uma Cidade em Preto e Branco: Relações Raciais, Trabalho e Desenvolvimentismo em Volta Redonda (1946-1988)*. Curitiba: Appris.

- SILVA, L. F. N. (2022). “Somos todos iguais”: *Nacional-desenvolvimentismo, modernização econômica e segregação racial na Companhia Siderúrgica Nacional (1964-1970)* (Dissertação de mestrado em História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica).
- SILVA, T. O. G. (2019). *Mulheres negras nos movimentos de esquerda durante a ditadura no Brasil (1964-1985)* (Tese de doutorado em História, Université Rennes 2, Rennes, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis).
- SKIDMORE, T. (1976). *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro* (Trad. R. de Sá Barbosa). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOARES, P. C., DA FONSECA, A. C., e DOS SANTOS, B. N. (2022). A greve dos peões em Volta Redonda (1979). *Episteme Transversalis*, 13(1), 28-50.
- SOUZA, J. J. V. (1989). Arigó, o pássaro que veio de longe. *Revista do Centro de Memória Sindical*, 1(1), 10-15.
- WESTHROP, A. J., GUEDES GARRIDO, A., GENOVEZ PARREIRA, C., e MARQUES PRADO DOS SANTOS, S. (Orgs.). (2016). *As Recomendações da Comissão Nacional da Verdade: balanços sobre a sua implementação dois anos depois*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião.